

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 30 de novembro de 2017

Assunto: Audição do Ministro da Saúde, na sequência da renovação, por 2 anos, do contrato com a Lusíadas Saúde para a gestão clínica do Hospital de Cascais

O que é público deve ser gerido pelo público, principalmente quando estamos a falar da prestação de cuidados de saúde inseridos no Serviço Nacional de Saúde (SNS). A gestão privada, com o seu objetivo de retirar lucro e com a perspetiva da saúde como um negócio, deve ser expurgada do SNS, e isso deve ser feito em defesa do próprio SNS, dos cuidados prestados aos utentes e em nome do interesse público.

A despesa com as Parcerias Público-Privadas na área da Saúde tem aumentado ao longo dos anos. Em 2012, a despesa com PPP na Saúde situou-se nos 326,4M€, subindo em 2013 para os 401M€, em 2014 para os 412M€, em 2015 para os 429M€ e em 2016 para os 431M€. Segundo o Orçamento do Estado para 2018, a despesa com estas PPP situar-se-á em 2017 nos 479M€, prevendo-se que em 2018 atinja os 471M€ (no entanto, o histórico dos últimos anos tem mostrado que a despesa com este tipo de gestão de hospitais do SNS acaba por se situar significativamente acima do estimado).

As PPP são caras para o Estado e não trazem nem melhores cuidados de saúde, nem poupanças em relação à gestão pública.

Basta ver os dados do benchmarking dos hospitais, publicados pela ACSS, para perceber que, por exemplo, nos indicadores de acesso, de desempenho assistencial e de segurança,

os hospitais de gestão pública classificam significativamente melhor do que os hospitais de gestão PPP.

Se virmos os dados da PPP de Cascais e os compararmos com a média dos hospitais públicos comparáveis em dimensão e diferenciação, só podemos chegar a uma outra conclusão: que a gestão privada deste hospital tem ficado mais cara para o Estado.

Em 2015, o SNS pagou aos hospitais públicos 44€ por cada primeira consulta; à PPP de Cascais pagou 79€ (um custo 82% superior). A consulta subsequente foi paga aos hospitais públicos a 44€, enquanto que à PPP de Cascais se pagava a 59€ (um custo 36% superior). Nas urgências, enquanto os hospitais públicos receberam 54€ por cada atendimento, a PPP de Cascais recebeu 69€ (29% a mais); para além disso, foi pago à PPP de Cascais mais 3,62M€ só para garantir a disponibilidade do serviço de urgência, valor que não foi pago aos hospitais públicos com serviço de urgência semelhante.

Feitas as contas o hospital de Cascais foi, em 2011, 4,1M€ mais caro; em 2012, 10,4M€ mais caro; em 2013, 13,6M€ mais caro; em 2014, 13,9M€ mais caro e, em 2015, 9,3M€ mais caro. Em 5 anos, o Estado gastou mais 51,3M€ com a PPP de Cascais para contratualizar os mesmos serviços que contratualiza com os hospitais de gestão pública.

Em janeiro deste ano o Governo decidiu, erradamente, lançar um novo concurso internacional com vista à renovação da PPP de Cascais. Dizemos erradamente porque está a desperdiçar o momento ideal para trazer para a gestão pública aquilo que deve ser público, sem possibilidade de litigância por parte do privado e, por isso, sem nenhuma chantagem sobre hipotéticas indemnizações a pagar pelo Estado.

Nesse despacho, publicado porque o contrato com a entidade gestora do Hospital de Cascais estava a dois anos do término, decidia-se lançar um novo procedimento concursal com vista a uma nova parceria público privada, mas previa-se mais ainda: a possibilidade de renovar o atual contrato com a Lusíadas Saúde por mais 2 anos (ou seja, até ao final de 2020), caso o novo contrato resultante do novo procedimento concursal não se encontrasse a fazer efeito até ao dia 31 de dezembro de 2018.

Acontece que se soube hoje, dia 29 de novembro, que a prorrogação de contrato com o grupo Lusíadas Saúde já foi feita, de forma administrativa, por mais dois anos. Mantêm-se

os mesmos privados à frente de um Hospital inserido no SNS, sem recurso a concurso, e sem explicação sobre o assunto.

O Bloco de Esquerda considera que a audição do Ministro da Saúde é urgente, porque esta prorrogação do contrato não é transparente nem respeita o interesse público.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente do Ministro da Saúde na sequência do anúncio da renovação da PPP de Cascais com o Grupo Lusíadas Saúde, por mais dois anos, de forma administrativa e sem recurso a concurso.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira